



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011

(Do Sr. Vanderlei Macris)

Requer que seja convocada o Sr. **Mário Negromonte**, Ministro de Estado das Cidades, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre alteração de parecer técnico no projeto de infraestrutura da Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá, que resultou em prejuízo de R\$ 700 milhões aos cofres públicos

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 inciso I, combinado com art. 24 inciso IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para convocar o Sr. Mário Negromonte, Ministro de Estado das Cidades, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre alteração de parecer técnico no projeto de infraestrutura da Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá, que resultou em prejuízo de R\$ 700 milhões aos cofres públicos.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal "O Estado de São Paulo", em sua edição de 24 de novembro de 2011, publicou matéria em que revela a alteração de uma parecer técnico, por assessores do Senhor Ministro Mário Negromonte, através de um documento forjado que eleva em R\$ 700 milhões o custo de um projeto de transporte para a Copa de 2014 em Cuiabá (MT):

"Fraude no Ministério das Cidades encarece obra da Copa

O ministro Mário Negromonte (Cidades) aprovou uma fraude produzida para dar respaldo técnico a um acordo político que encareceu um projeto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de transporte para a Copa de 2014 em Cuiabá (MT). Documento forjado pela diretora de Mobilidade Urbana da pasta, Luiza Vianna, mudou o parecer que vetava uma alteração defendida pelo governo de Mato Grosso. Em reunião a cuja gravação o Estado teve acesso, Luiza disse que a ordem foi do chefe de gabinete de Negromonte, Cássio Peixoto. A troca fez o custo do projeto saltar R\$ 700 milhões, atingindo R\$ 1,2 bilhão. A manobra começou em 6 de outubro, quando Luiza Vianna pediu ao autor do parecer, Higor Guerra, que o alterasse. Como ele se recusou, ela e a gerente de projetos, Cristina Soja, assinaram o novo texto, aproveitando o anterior, mas mudando a conclusão

Pasta das Cidades adultera documento e eleva em R\$ 700 milhões projeto da Copa

Com aval do ministro, diretora de Mobilidade Urbana assina parecer forjado que recomenda projeto de Veículo Leve sobre Trilhos em Cuiabá e desbanca projeto original de linha rápida de ônibus

Leandro Colon, de O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Ministério das Cidades, com aval do ministro Mário Negromonte, aprovou uma fraude para respaldar tecnicamente um acordo político que mudou o projeto de infraestrutura da Copa do Mundo de 2014 em Cuiabá (MT). Documento forjado pela diretora de Mobilidade Urbana da pasta, com autorização do chefe de gabinete do ministro, Cássio Peixoto, adulterou o parecer técnico que vetava a mudança do projeto do governo de Mato Grosso de trocar a implantação de uma linha rápida de ônibus (BRT) pela construção de um Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT).

Com a fraude, o Ministério das Cidades passou a respaldar a obra e seu custo subiu para R\$ 1,2 bilhão, R\$ 700 milhões a mais do que o projeto original. A mudança para o novo projeto foi publicada no dia 9 de novembro na nova Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo.

Para tanto, a equipe do ministro operou para derrubar o estudo interno de 16 páginas que alertava para os problemas de custo, dos prazos e da falta de estudos comparativos sobre as duas mobilidades de transporte.

O novo projeto de Cuiabá foi acertado pelo governo de Mato Grosso com o Palácio do Planalto. A estratégia para cumpri-lo foi inserir no processo documento a favor da proposta de R\$ 1,2 bilhão. Numa tentativa de esconder a manobra, o "parecer técnico" favorável ficou com o mesmo número de páginas do parecer contrário e a mesma numeração oficial (nota 123/2011), e foi inserido a partir da folha 139 do processo, a página em que começava a primeira análise.

O analista técnico Higor Guerra foi quem assinou o parecer contrário. Ele era o representante do ministério nas reuniões em Cuiabá para tratar das obras de mobilidade urbana da Copa - a última, em 29 de junho. O parecer dele, do dia 8 de agosto, mostrava que os estudos do governo de Mato Grosso "não contemplaram uma exaustiva e profunda análise comparativa". Os prazos estipulados, alertou, "são extremamente exíguos". Além do mais, o BRT já estava com o financiamento equacionado.

Em reunião com assessores na última segunda-feira, no sexto andar do Ministério das Cidades, a diretora de Mobilidade Urbana, Luiza Vianna, disse que a ordem para mudar o parecer partiu de Cássio Peixoto, braço direito de Negromonte, e Guilherme Ramalho, coordenador-geral de Infraestrutura da Copa de 2014 do Ministério do Planejamento. "Ambos me telefonaram", disse. O Estado teve acesso a uma gravação da reunião. No dia 6 de outubro, atendendo a essas ordens superiores, Luiza Vianna pediu para Higor Guerra alterar seu parecer. O funcionário negou-se a assinar o outro documento e pediu desligamento há duas semanas por escrito ao secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Luiz Carlos Bueno de Lima.

Ao lado da nova gerente de projetos, Cristina Soja, a diretora Luiza Viana deflagrou a fraude. As duas assinaram o novo documento, aproveitando as primeiras páginas do documento anterior, mas alterando a conclusão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"Nós fizemos outra nota técnica, com o mesmo número sim, e mudamos o conteúdo", confessou Luiza Vianna na reunião de segunda-feira passada. A diferença entre ambos os pareceres está na conclusão. Onde havia a expressão "não contemplaram" - uma referência do primeiro documento, de 8 de agosto, à falta de estudos para mudar o projeto -, no parecer técnico forjado ficou apenas com a palavra "contemplaram". "O estudo indica fatores mais favoráveis à implantação do VLT", diz o segundo documento, forjado.

Acordo. A troca do BRT (Bus Rapid Transit), orçado em R\$ 489 milhões e com financiamento contratado, pelo VLT, de R\$ 1,2 bilhão, passou por uma negociação política entre o governador do Mato Grosso, Silval Barbosa (PMDB), o ministro Mário Negromonte, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e o vice-presidente da República, Michel Temer, do mesmo partido do governador.

Tomada a decisão política, que esbarrava nos estudos técnicos do próprio governo federal, o Ministério das Cidades desencadeou a operação da fraude.

O projeto do BRT já havia sido assinado pelo governador anterior, o hoje senador Blairo Maggi (PR). O "sim" da União ao aumento de R\$ 700 milhões foi dado por Miriam Belchior em reunião com Sinval Barbosa no dia 24 de agosto. A reunião foi intermediada por Temer. No dia 27 de outubro, Barbosa esteve no Planalto, onde assinou com Dilma o aval para captar os empréstimos. O financiamento sairá da Caixa Econômica Federal."

A convocação que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos contidos na matéria acima, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2011.

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB/SP